

GLOSSÁRIO

PESQUISA COLABORATIVA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ALCIONE JOSÉ ALVES BUENO
SANI DE CARVALHO RUTZ DA SILVA
ELSA MIDORI SHIMAZAKI

PONTA GROSSA
2024

GLOSSÁRIO

PESQUISA COLABORATIVA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ALCIONE JOSÉ ALVES BUENO
SANI DE CARVALHO RUTZ DA SILVA
ELSA MIDORI SHIMAZAKI



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Bueno, Alcione José Alves

Glossário [livro eletrônico] : pesquisa
colaborativa e educação inclusiva / Alcione José
Alves Bueno, Sani de Carvalho Rutz da Silva,
Elsa Midori Shimazaki. -- Ponta Grossa, PR :
Ed. dos Autores, 2024.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-93528-8

1. Educação inclusiva 2. Educação - Pesquisa
3. Glossários, vocabulários etc. I. Silva, Sani
de Carvalho Rutz da. II. Shimazaki, Elsa Midori.
III. Título.

24-192604

CDD-370.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Glossário : Educação 370.3

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

APRESENTAÇÃO

A pesquisa colaborativa se mostra uma prática fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento de processos educativos que atendam às demandas de todos os estudantes, em especial, a educação inclusiva.

Nesse contexto, este glossário se torna uma contribuição importante para o campo, uma vez que busca auxiliar na compreensão e no alinhamento conceitual de termos correlatos a área de pesquisa colaborativa e educação inclusiva.

A pesquisa colaborativa envolve a colaboração entre diferentes atores, na busca por soluções e compreensões sobre o cenário educacional inclusivo. No entanto, com o desenvolvimento do trabalho realizado, intitulado como **FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA POR MEIO DA PESQUISA COLABORATIVA**, foi identificado que quando se trata de termos técnicos e conceitos específicos, tanto da pesquisa colaborativa, quanto da educação inclusiva, há muitas vezes, compreensões errôneas sobre esses conceitos e termos.

E essas divergências e ambiguidades na utilização desses termos, pode gerar confusão e dificultar o diálogo e o avanço das investigações em relação a Pesquisa Colaborativa e Educação Inclusiva. É nesse contexto que a elaboração de um glossário se faz necessária. Seu objetivo principal consiste em estabelecer um vocabulário comum, de fácil compreensão e diferenciação dos termos, contribuindo de forma efetiva para o entendimento sobre os termos.

Nesta perspectiva, também contribui para o desenvolvimento e disseminação do conhecimento produzido.

A padronização de termos, ajuda na compreensão das pesquisas e estudos existentes, possibilitando a replicação e utilização globalizada. Deste modo, a pesquisa colaborativa desempenha um papel fundamental na promoção da educação inclusiva. No entanto, seu êxito depende também do entendimento dos seus termos e de um vocabulário acessível e comum, o que pode ser facilitado pela produção aqui apresentada.

Assim, nas próximas páginas, serão apresentados os conceitos de termos relacionados a Pesquisa Colaborativa e Educação Inclusiva.



SUMÁRIO

A PESQUISA COLABORATIVA E SEUS TERMOS.....	08
ATENDIMENTO ITINERANTE.....	09
COLABORAÇÃO.....	09
CONSULTORIA COLABORATIVA.....	09
ENSINO COLABORATIVO OU CO-ENSINO	10
PARTICIPANTE.....	10
PESQUISADOR	11
TRABALHO DOCENTE ARTICULADO.....	11
ESTÁGIOS DA PESQUISA COLABORATIVA.....	12
Espaços formativos e conceitos que se pretende desenvolver	13
Apropriação de novos pressupostos teóricos conceituais.....	13
Reelaboração de conceitos e significados pré-existentes.....	13
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEUS TERMOS.....	14
ACESSIBILIDADE.....	15
ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO.....	15
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE).....	16
BARREIRAS.....	17





CLASSES ESPECIAIS.....	19
CULTURA INCLUSIVA.....	19
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI).....	19
DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA.....	20
DEFICIÊNCIA VISUAL.....	20
DIVERSIDADE.....	20
EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	21
EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	21
EQUIDADE.....	21
FASES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	22
Fase da Exclusão.....	22
Fase da Segregação.....	22
Fase da Integração.....	23
Fase da Inclusão.....	23
PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	25
POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (PNPEEI).....	25
POLÍTICAS INCLUSIVAS.....	25
PROFESSOR INTÉRPRETE DE LIBRAS.....	26
PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (PAEE).....	26





SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS (SRM).....	26
SISTEMA BRAILLE.....	27
SURDO.....	27
TECNOLOGIA ASSISTIVA.....	27
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA).....	28
TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO (TGD).	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29



A PESQUISA COLABORATIVA E SEUS TERMOS

A pesquisa colaborativa é uma prática investigativa que propõe mudanças na prática educacional com base em liderança compartilhada e corresponsabilidade pela condução das ações (Ibiapina, 2008). É um processo que contribui com o desenvolvimento profissional dos participantes e na coprodução do conhecimento elaborado.

Nessa vertente, as práticas tradicionais devem se transformar em momentos de compartilhamento e emancipação do conhecimento, bem como promover reflexões críticas durante o processo de colaboração. O trabalho individualizado deve ter uma menor força e as equipes serem “[...] compostas por um grupo de pessoas especializadas que tenham como princípio o apoio mútuo e a responsabilidade compartilhada” (Calheiros et al., 2019, p. 4).

É um trabalho desenvolvido colaborativamente, porque o pesquisador propõe momentos de reflexão e formação, mas é graças ao discurso dos demais participantes, que ele reinterpreta a teoria com base na prática (Ibiapina, 2008). Dessa forma, todos os participantes, tornam-se co-construtores e desenvolvem-se simultaneamente e colaborativamente.

Nesse sentido, a seguir serão definidos alguns termos relacionados a pesquisa colaborativa.



ATENDIMENTO ITINERANTE

É um serviço de orientação e supervisão pedagógica, realizado por professores especialistas por meio de acompanhamento direto e contínuo às escolas, trabalhando com os alunos com deficiência e com os professores regentes de sala de aula. Assim, consiste na atuação de um professor especializado no PAEE, juntamente aos alunos com deficiência e aos professores de sala de aula. Deve ser realizado com uma frequência mínima de duas vezes por semana às escolas, por haver o atendimento e a troca de informações técnicas entre o professor da itinerância e os responsáveis pelo acompanhamento escolar do aluno.

COLABORAÇÃO

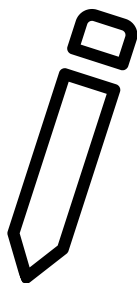
A colaboração é um trabalho compartilhado, com foco em atividades conjuntas e interação. Assim, a ação docente é resultado de uma colaboração, construção e responsabilidades partilhadas, em que professor e pesquisador modificam-se e aprendem um com o outro continuamente.

CONSULTORIA COLABORATIVA

É um modelo que envolve professores especialistas como suporte ao professor regente e equipe escolar, intervindo no planejamento e nas estratégias educacionais e pedagógicas que favoreçam o ensino e a aprendizagem além da capacitação docente para os atendimentos das necessidades educacionais. É um serviço indireto centrado na consultoria dentro da sala de aula, quando solicitado.

O ensino colaborativo ou co-ensino é entendido como uma parceria entre os professores regentes da sala de aula e o professor especialista em Educação Especial.

Nela, todos os atores escolares – professor da sala comum, professor do AEE, coordenadores pedagógicos e demais pessoas envolvidas no processo educativo, são essenciais no desenvolvimento dos estudantes e responsáveis pelo planejamento, desenvolvimento e avaliação de todo o processo.



PARTICIPANTES

Para uma pesquisa colaborativa, é essencial que exista uma relação entre teoria e prática e entre seus participantes e seus contextos. Com isso, algumas características devem ser observadas nesse processo, como por exemplo, a participação voluntária dos participantes, a responsabilidade e a autonomia dos envolvidos, além do engajamento em todo o processo.

Por ser um trabalho desenvolvido coletivamente, o participante precisa identificar-se com o objeto de estudo e desejar aprofundar os conhecimentos sobre ele. Se não houver essa identificação, a relação entre a teoria e prática e o desejo de desenvolver-se, a pesquisa perde seu caráter colaborativo, centrando-se nas proposições estabelecidas pelo pesquisador e os participantes se tornarão agentes passivos.

A pesquisa colaborativa é um trabalho de coparticipação e interação entre pesquisador e participantes, em um processo de constante questionamentos e teorizações sobre as práticas e teorias que norteiam o trabalho docente.

Dessa forma, toda a pesquisa é produzida com o professor e não para ele, o que é o grande diferencial. O pesquisador tem na realidade estudada o seu objeto de investigação, podendo construir conhecimento com base nesse contexto, descrevendo, explicando e intervindo nele.

O pesquisador deve promover os momentos de reflexão por meio de perguntas sobre a prática docente ou visando à assimilação teórica, sempre no sentido de ampliação e compartilhamento do conhecimento e de aprimoramento das práticas de ensino. Importante destacar, que em pesquisas colaborativas, o pesquisador também é participante da pesquisa.

TRABALHO DOCENTE ARTICULADO

É um modelo que mantém a responsabilidade de dois ou mais profissionais no ensino e aprendizagem dos estudantes. Isso deve acontecer por meio do planejamento e avaliação das atividades propostas de forma conjunta, porém a atuação direta dentro da sala de aula será do professor regente, devendo o professor especialista intervir somente quando identificada a necessidade específica e quando solicitado.

Ao discorrer sobre pesquisa colaborativa, Ibiapina (2008) enfatiza alguns pontos que não são necessários à prática educativa, para que ela aconteça, exigindo do pesquisador, atenção sobre esses pontos, que são:

1

I – Necessidade de espaços formativos bem como os conceitos que se pretende aprofundar ou desenvolver;

2

II – Apropriação de novos pressupostos teóricos conceituais;

3

III – Estar atento para que os participantes consigam reelaborar conceitos e significados pré-existentes.



1 - Espaços formativos e conceitos que se pretende desenvolver

Os espaços formativos, são ambientes que nos permitirão aprender e desenvolver novos conhecimentos. São espaços que devem ter uma abertura para as discussões e que os participantes se sintam à vontade para dialogar e expor suas ideias. Devem ser espaços flexíveis e adaptáveis às nossas necessidades individuais, possibilitando o pensamento crítico.

Junto a isso é importante ter clareza dos conceitos que se pretende desenvolver e possuir uma escuta ativa das necessidades dos indivíduos, pois a partir dessa escuta, é que se evidenciam as necessidades formativas dos indivíduos, dentro de uma pesquisa colaborativa.

2 - Apropriação de novos pressupostos teóricos conceituais

A partir de espaços formativos que propiciem uma abertura a reflexão e consciência dos conceitos que se pretende desenvolver, os novos conhecimentos devem ser assimilados aos anteriormente formulados, para que assim ampliem as capacidades de abstração e síntese dos indivíduos, aumentando seu repertório cultural.

3 - Reelaboração de conceitos e significados pré-existentes

É nesta etapa que se desenvolve o processo de coprodução do conhecimento entre pesquisadores e participantes, mas sem desconsiderar os antecessores, pois são a base para o desenvolvimento de uma pesquisa colaborativa. A partir de ciclos de estudos reflexivos os participantes, devem buscar alternativas para os problemas advindos de suas práticas ou mesmo de lacunas formativas que representem demandas por formação.



A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEUS TERMOS

A pesquisa colaborativa é uma prática investigativa que propõe mudanças na prática educacional com base em liderança compartilhada e corresponsabilidade pela condução das ações (Ibiapina, 2008). É um processo que contribui com o desenvolvimento profissional dos participantes e na coprodução do conhecimento elaborado.

Nessa vertente, as práticas tradicionais devem se transformar em momentos de compartilhamento e emancipação do conhecimento, bem como promover reflexões críticas durante o processo de colaboração. O trabalho individualizado deve ter uma menor força e as equipes serem “[...] compostas por um grupo de pessoas especializadas que tenham como princípio o apoio mútuo e a responsabilidade compartilhada” (Calheiros et al., 2019, p. 4).

É um trabalho desenvolvido colaborativamente, porque o pesquisador propõe momentos de reflexão e formação, mas é graças ao discurso dos demais participantes, que ele reinterpreta a teoria com base na prática (Ibiapina, 2008). Dessa forma, todos os participantes, tornam-se co-construtores e desenvolvem-se simultaneamente e colaborativamente.

Nesse sentido, a seguir serão definidos alguns termos relacionados a pesquisa colaborativa.

A acessibilidade é a garantia de que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou condições físicas, possam desfrutar dos mesmos direitos e oportunidades. É a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Visa eliminar as barreiras que impedem a participação de determinadas pessoas no ambiente educacional. Podem ser barreiras físicas, como a falta de rampas de acesso ou banheiros adaptados, estar relacionadas com a comunicação, como a ausência de recursos de tradução e interpretação para estudantes surdos e ainda metodológicas, como a falta de adaptação curricular para atender demandas específicas. Por exemplo, estudantes com deficiência visual podem necessitar de recursos como livros em Braille ou audiobooks, enquanto estudantes com deficiências motoras podem precisar de materiais adaptados para facilitar a escrita.



ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO

Condição na qual o indivíduo apresenta potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, que podem estar isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

É um trabalho de identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem barreiras que possam impedir a participação plena dos estudantes. O AEE não substitui a escolarização regular, mas sim complementam e/ou suplementam a formação dos alunos. O objetivo é promover sua autonomia e independência tanto no ambiente escolar como fora dele.

O atendimento educacional especializado (AEE) tem como objetivo garantir o acesso ao currículo para os estudantes Público Alvo da Educação Especial. Isso deve ocorrer por meio de um atendimento que atenda às necessidades educacionais específicas desses alunos, em todas as etapas e modalidades da educação básica.



É qualquer obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social de uma pessoa, bem como o exercício de seus direitos à acessibilidade, liberdade de movimento e expressão, comunicação, acesso à informação, compreensão e circulação segura, entre outros. Elas podem ser:

I. Urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

II. Arquitetônicas: as existentes nos edifícios sejam eles públicos ou privados;

III. Transportes: as existentes em todos os meios de transportes que possam limitar a pessoa;

IV. Comunicações e informação: entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

V. Atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

VI. Tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às ferramentas tecnológicas.

CLASSES ESPECIAIS

São espaços dentro das instituições de ensino destinados para atender estudantes portadores de deficiência. Se justifica somente para os casos que impossibilitem quase por completo, a frequência do estudante em classes regulares, junto aos demais estudantes e tenha seu aprendizado garantido.

CULTURA INCLUSIVA

Ambiente escolar acolhedor para todos os membros, promovendo relações baseadas em aceitação, responsabilidade compartilhada, colaboração, respeito interpessoal e valorização das diferenças. Estimula o desenvolvimento humano mútuo, com ênfase na cidadania democrática, no fortalecimento das relações interpessoais, comunitárias, sociais e planetárias, visando ao bem-estar coletivo.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI)

São casos que a pessoa tem seu funcionamento intelectual inferior à média, manifestando-se antes dos dezoito anos. Portadores de Deficiência Intelectual (DI) possuem limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais acadêmicas, trabalho e etc.

DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA

Consiste na associação de duas ou mais deficiências, de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social. Porém, não é a quantidade de deficiências que caracterizam a deficiência múltipla, mas o nível de desenvolvimento, as possibilidades funcionais, de comunicação, interação social e de aprendizagem que determinam as necessidades educacionais dessas pessoas.



DEFICIÊNCIA VISUAL



A deficiência visual engloba inicialmente, duas condições, que são a baixa visão e a cegueira. A baixa visão trata-se da pessoa que enxerga, porém tem perda parcial da visão. Não é cega, mas enxerga com dificuldade. Já a cegueira é definida como a ausência total de visão, neste caso, a aprendizagem se dará pela utilização integrada dos demais sentidos.

DIVERSIDADE

Diversidade tem a ver com variedade. Está presente em todos os âmbitos da nossa vida. Se refere a pessoas com características e formas de pensar diferentes.



EDUCAÇÃO ESPECIAL

Forma de educação integrada aos sistemas educacionais em diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino. Isso é possível através de colaboração institucional e construção mútua de relações. A Educação Especial se organiza transversalmente perpassando todo os níveis da educação básica, por meio de serviços, recursos e estratégias especializadas (pessoas, tecnologia e materiais), garantindo o direito dos estudantes a uma aprendizagem efetiva, desenvolvimento e participação social.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Educação Inclusiva refere-se à possibilidade de acesso, permanência e garantia de uma educação igualitária e de qualidade, a todos os estudantes, independente de gênero, raça, condições socioeconômicas, culturais ou crença.

EQUIDADE

Equidade é algo mais profundo do que igualdade. É um processo que entenda que cada jornada é individual. Parte-se do princípio de que as pessoas não partem do mesmo lugar e que enquanto alguns começam com vantagens, outros começam com barreiras.



Fase da Exclusão

Esse período é anterior ao século XX, onde existia pouco amparo às pessoas com deficiência, pois eram vistas como um peso e deveriam ser excluídas na sociedade, não tendo acesso e garantia de nenhum direito.

Acreditava-se que eram incapazes de aprender. Era um grupo esquecido e com pouco amparo social e educacional.

Fase da Segregação

Nessa fase, as pessoas com deficiência passaram a ser reconhecidos, mas ainda inseridos em grupos minoritários e assistidos por instituições especializadas. Nesse período, houve a criação de instituições que passaram a olhar para as pessoas com deficiência, porém ainda com objetivo caritativo. Assim surgiram as primeiras escolas especiais e centros de reabilitação para pessoas com deficiência, que passaram a ser vistas como alguém com capacidade produtiva.

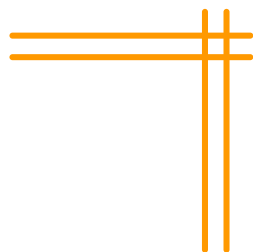
Fase da Integração

Começou a se constituir na década de 70, a partir de um entendimento de que a segregação não era mais aceitável. Houve então um processo migratório dos estudantes das instituições especializadas para as escolas regulares. Esse movimento tinha como intuito inseri-los em espaços escolares com outras crianças, sendo matriculados preferencialmente em salas comuns, mas dando continuidade a serviços específicos para esse grupo. Esse processo de interação, paulatinamente, foi derrubando o muro da exclusão, promovendo um maior entrosamento entre os estudantes das classes regulares e especiais, mas também entre os estudantes das classes especiais e os professores.

Fase da Inclusão

A fase da Inclusão, iniciou em meados dos anos 80, onde vários países começaram a discutir a educação das pessoas com deficiência e a necessidade de adaptação das escolas para receber tais estudantes. Essa proposta de inclusão ocasionou diferentes reformas, reestrutura das escolas, e ressignificação de posturas, como flexibilidade curricular, rompimento com práticas tradicionais, consciência e respeito à diversidade.

Exclusão



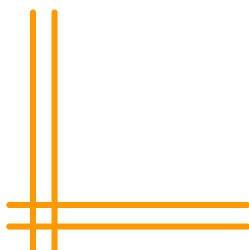
Segregação



Integração



Inclusão



Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (Lei no 13.146/2015), pessoas com deficiência são aquelas com impedimentos “a longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (PNEPEI)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEPEI) (BRASIL, 2008) traz como um de seus objetivos, o acesso, participação e aprendizagem de estudantes PAEE, em escolas regulares e ainda a necessidade de resposta às especificidades de cada estudante, garantindo seus direitos. Assim, é necessário identificar, elaborar e organizar recursos didáticos-pedagógicos que viabilizem a participação integral de todos os estudantes em classes regulares de ensino, inclusive os estudantes com deficiência.

POLÍTICAS INCLUSIVAS

Documentos que visam nortear as práticas escolares, a fim de garantir os direitos da pessoa com deficiência, fundamentado nos princípios de igualdade e imparcialidade, valorizando individualmente cada aluno e valorizando suas experiências e histórias pessoais únicas. Dessa forma, a escola deve facilitar a entrada dos estudantes e promover a interação com a comunidade, proporcionando-lhes acesso e oportunidades de participação em um ambiente acolhedor e sustentável.

Professional habilitado na tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a Língua Portuguesa e vice-versa. É o profissional que realiza a mediação da comunicação entre surdos e ouvintes, auxiliando as pessoas surdas na compreensão de materiais escritos em sala de aula e durante a realização de atividades.

PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (PAEE)

Como Público-alvo da Educação Especial, configuram-se os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/ superdotação (BRASIL, 2008). A esses estudantes deve ser garantido o atendimento de suas especificidades no âmbito educacional regular.

SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS (SRM)

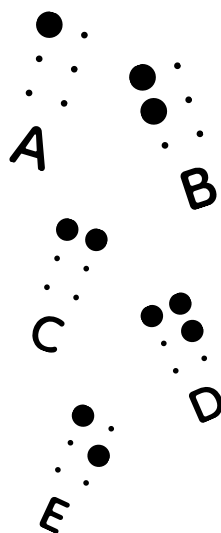
Espaço onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE). É constituída por materiais didáticos e pedagógicos, bem como equipamentos, mobiliário e recursos de acessibilidade que atendam os estudantes Público-alvo da Educação Especial.

As salas de recursos multifuncionais podem ser implementadas por meio de programa federal ou por recursos próprios dos sistemas de ensino. Além disso, o atendimento realizado nesses espaços, deve ser realizado por professor com formação em educação especial.

SISTEMA BRAILLE

É uma forma de linguagem ou comunicação tátil utilizado pelas pessoas com deficiência visual, com uma simbologia tátil em relevo. Mas além do Braille, pessoas com deficiência visual podem utilizar também, caracteres ampliados, linguagem escrita e oral, dispositivos multimídia, sistemas auditivos e outros meios de voz digitalizados.

Além da escrita das letras em braille, é importante que as gravuras e imagens também sejam táteis ou em relevo para que o estudante entenda o formato, a dimensão e diferencie as partes da figura.



SURDO



Pessoa que não possui a capacidade auditiva, ou a possui de forma limitada. O termo correto para se referir a uma pessoa com perda total de audição, é surda e não surda-muda como acontece muitas vezes, pois uma pessoa que não escuta não pode aprender a falar da mesma forma que os ouvintes.

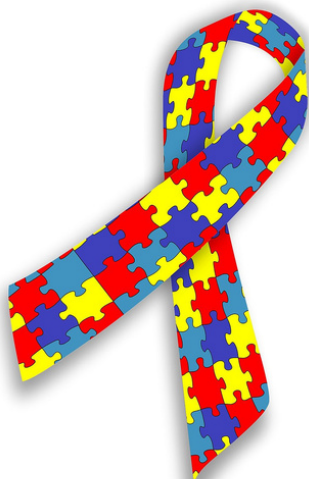
Dessa forma, a pessoa surda não é necessariamente muda.

TECNOLOGIA ASSISTIVA

Produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas ou serviços que tem como objetivo promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou que apresente mobilidade reduzida, visando à independência, qualidade de vida e inclusão social.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição que afeta as interações sociais, a comunicação e a capacidade de estabelecer relações apropriadas para o nível de desenvolvimento da pessoa. Além disso, pessoas com TEA geralmente apresentam interesses e atividades restritos e repetitivos, manifestados por comportamentos estereotipados. Pessoas com TEA tendem a adotar rotinas e comportamentos ritualizados de maneira excessiva. A ausência de reciprocidade social e a dificuldade em desenvolver habilidades de comunicação verbal e não verbal também são características comuns do TEA.



TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO (TGD)

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) caracterizam-se por um comprometimento grave e global em diversas áreas do desenvolvimento, sejam de interação social, comunicação e etc. Os prejuízos qualitativos que definem essas condições representam um desvio acentuado em relação ao nível de desenvolvimento ou idade mental do indivíduo. O TGD constitui um conjunto composto pelo autismo e outros transtornos que estão associados a este espectro, tais como: Transtorno de Rett; Transtorno Desintegrativo da Infância; Transtorno de Asperger além do Transtorno do Espectro Autista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008.

CALHEIROS, D. S. et al. **Consultoria colaborativa a distância em tecnologia assistiva para professoras: planejamento, implementação e avaliação de um caso.** Pro-Posições, v. 30, 2019. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/pp/a/9pyv7qGK3v65yDRZ99dStJJ/?lang=pt> >. Acesso em: 30 out. 2023.

IBIAPINA, I. M. L. M. **Pesquisa colaborativa: Investigação, formação e produção de conhecimentos.** Brasília/DF: Liber Livro Editora, 2008.

UTFPR

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

PPGECT

Programa de Pós-Graduação em
Ensino de Ciência e Tecnologia

